

MINISTÉRIO DAS PESCAS

Despacho n.º 323/13 de 31 de Janeiro

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º do Despacho Conjunto n.º 156/84, de 8 de Outubro, determino:

Cessa a Comissão de Serviço que Rafael José Virgílio Pascoal vinha exercendo no cargo de Director Geral-Adjunto para a Área Administrativa da Edipesca - U.E.E. — Luanda, para o qual havia sido nomeado por Despacho n.º 93/08, de 14 de Outubro, do Ministro das Pescas.

Publique-se.

Luanda, aos 20 de Dezembro de 2012.

A Ministra, *Victória de Barros Neto*.

Despacho n.º 324/13 de 31 de Janeiro

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º do Despacho Conjunto n.º 156/84, de 8 de Outubro, determino:

Cessa a comissão de serviço que José Francisco Luís António, vinha exercendo no cargo de Director Geral da Edipesca - U.E.E. — Luanda, para o qual havia sido nomeado por Despacho n.º 56/03, de 25 de Fevereiro, do Ministro das Pescas.

Publique-se.

Luanda, aos 20 de Dezembro de 2012.

A Ministra, *Victória de Barros Neto*.

Despacho n.º 325/13 de 31 de Janeiro

Considerando que o Decreto - Lei n.º 10/94, de 24 de Junho, sobre o regime jurídico das férias, faltas e licenças, prevê nos seus artigos 32.º a figura da licença ilimitada;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 226/12, de 4 de Junho, determino:

É concedida a Carlota Antónia Mulima da Paixão, funcionária afecta ao Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, licença ilimitada ao abrigo do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Decreto - Lei n.º 10/94, de 24 de Junho.

Publique-se.

Luanda, aos 20 de Dezembro de 2012.

A Ministra, *Victória de Barros Neto*.

Despacho n.º 326/13 de 31 de Janeiro

Por conveniência de serviço,

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com o artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 26 de Junho, determino:

É Miguel André António, Mestre em Gestão dos Recursos Costeiros, transferido do Ministério das Pescas para o Instituto Nacional de Investigação Pesqueira.

Publique-se.

Luanda, aos 20 de Dezembro de 2012.

A Ministra, *Victória de Barros Neto*.

Despacho n.º 327/13 de 31 de Janeiro

Por conveniência de serviço;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com o artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 26 de Junho, determino:

É Ilda Zeferina Lucas, Bióloga, transferida do Ministério das Pescas para o Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal e da Aquicultura.

Publique-se.

Luanda, aos 20 de Dezembro de 2012.

A Ministra, *Victória de Barros Neto*.

Despacho n.º 328/13 de 31 de Janeiro

Considerando a necessidade de se determinar as áreas de trabalho da Secretária de Estado das Pescas para permitir uma melhor gestão dos Recursos Biológicos Aquáticos e dos Projectos de Investimento do Sector Pesqueiro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com

o artigo 3.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, determino:

1.º — Subdelego a Secretária de Estado das Pescas, os poderes a mim delegados relativos a assuntos e a prática de actos respeitantes às áreas e respectivos programas e projectos, bem como coordenar, acompanhar e executar tecnicamente as actividades das áreas a seguir indicadas:

- a) Direcção Nacional de Aquicultura;
- b) Gabinete Técnico para Produção e Iodização do Sal;
- c) Gabinete de Inspecção;
- d) Gabinete de Intercambio Internacional;
- e) Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal e da Aquicultura;
- f) Instituto Nacional de Apoio às Indústrias de Pesca e Investigação Tecnológica;
- g) Academia de Pescas e Ciências do Mar do Namibe; e
- h) Escolas de Pesca.

2.º — Permanecem sob tutela da Ministra das Pescas os órgãos e serviços seguintes:

- a) Direcção Nacional de Pescas e Protecção dos Recursos Pesqueiros;
- b) Direcção Nacional de Infra-Estruturas e da Indústria Pesqueira;
- c) Secretaria Geral;
- d) Gabinete Jurídico;
- e) Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística;
- f) Instituto Nacional de Investigação Pesqueira;
- g) Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria Pesqueira e da Aquicultura;
- h) Serviço Nacional de Fiscalização Pesqueira e da Aquicultura;
- i) Centro de Formação Profissional de Pescas; e
- j) Empresas Públicas do Sector.

3.º — O exercício dos poderes subdelegados ao abrigo do presente Despacho, não prejudicam os poderes de direcção e coordenação geral da Ministra das Pescas nem o direito de avocação e o poder de revogar os actos praticados ao abrigo dos poderes subdelegados.

4.º — O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 20 de Dezembro de 2012.

A Ministra, *Victória de Barros Neto*.

Despacho n.º 329/13
de 31 de Janeiro

Havendo necessidade de assegurar o normal funcionamento da empresa de Distribuição e Comercialização de Pescado e seus Derivados de Luanda, Edipesca U.E.E. — Luanda até a nomeação do respectivo corpo Directivo;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º, do Despacho Conjunto n.º 156/84, de 8 de Outubro, determino:

1.º — É nomeada a Comissão de Gestão da Edipesca U.E.E. — Luanda, coordenada por Pereira Mayamona e integrada por:

- a) Jaime Domingos Alves Primo;
- b) Rafael José Virgílio Pascoal;
- c) Yanga Nsalamby Mário.

2.º — A Comissão ora criada vigora por um período de 180 dias e dentre outras atribuições, deve informar e propor soluções à Ministra das Pescas, sobre:

- a) Relatório de actividades da empresa;
- b) Situação social e salarial dos trabalhadores;
- c) Diagnóstico financeiro e patrimonial da empresa;
- d) Apresentação de propostas de relançamento da Empresa.

3.º — A Comissão ora criada deve submeter relatórios à Ministra das Pescas, com uma periodicidade mensal.

4.º — A Comissão responde exclusivamente perante a Ministra das Pescas.

5.º — O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 20 de Dezembro de 2012.

A Ministra, *Victória de Barros Neto*.

Despacho n.º 330/13
de 31 de Janeiro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola e de acordo com o n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 226/12, de 3 de Dezembro, determino:

É Maria de Lourdes Gaspar Bento Sardinha, Bióloga, nomeada para em Comissão Ordinária de Serviço exercer o cargo de Directora Nacional de Pescas e Protecção dos Recursos Pesqueiros, do Ministério das Pescas da República de Angola.

Publique-se.

Luanda, aos 20 de Dezembro de 2012.

A Ministra, *Victória de Barros Neto*.